



SEXTA - FEIRA - 11 DE JULHO DE 2025 - WWW.JORNALVIGILANTE.COM.BR



O ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (APM) CELEBRA 130 ANOS DE ATUAÇÃO CONTÍNUA NA PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL DE MINAS GERAIS NESTA SEXTA-FEIRA (11/7). UNIDADE QUE INTEGRA A SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E TURISMO DE MINAS GERAIS (SECULT-MG), O APM PREPAROU UMA PROGRAMAÇÃO ESPECIAL QUE SE ESTENDE POR TODO O ANO, COM OFICINAS, CURSOS, CONFERÊNCIAS E HOMENAGENS VOLTADAS AO PÚBLICO ESPECIALIZADO E À SOCIEDADE EM GERAL.



O GOVERNO DO ESTADO REALIZOU, NESTA QUARTA-FEIRA (09), A SOLENIDADE DE PREMIAÇÃO DO EDITAL DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA REDE ABRAÇO 2025. VOLTADO PARA INICIATIVAS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO E PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DO ESPÍRITO SANTO, O EDITAL CONTEMPLOU 30 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS. CADA UM DOS PROJETOS SELECIONADOS FOI CONTEMPLADO COM R\$ 10 MIL, TOTALIZANDO UM INVESTIMENTO DE R\$ 300 MIL.

NOROESTE / ES em Ação!
Águia Branca - ES

No ano em que o Consórcio CIM Noroeste comemora 28 anos. Estamos promovendo uma importante ação de saúde para toda a população aguiabranquense.

- Aferição de Pressão
- Teste de Glicose
- Conscientização: Quando chamar o SAMU
- Simulações realísticas de socorro.

SÁBADO DIA 26 8H ÀS 12H

Venha participar, cuidar da saúde e aprender mais sobre como agir em situações de emergência!

Realização: CIM NOROESTE / ES SAMU 192 Apoio: Secretaria de Saúde ÁGUA BRANCA



A CONVOCAÇÃO DOS 43 CANDIDATOS RECÉM-NOMEADOS DO CONCURSO PÚBLICO REGIDO PELO EDITAL 01/2022, PARA O CARGO DE AGENTE DE SEGURANÇA SOCIOEDUCATIVO, SERÁ PUBLICADA NA EDIÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DESTA QUINTA-FEIRA (10/7). OS CONVOCADOS DEVERÃO COMPARECER À AUDIÊNCIA PÚBLICA DE POSSE NO DIA 30/7, ÀS 8H, NO AUDITÓRIO DO PRÉDIO ALTEROSA, NA CIDADE ADMINISTRATIVA, NO BAIRRO SERRA VERDE, EM BELO HORIZONTE.

GRAFICA VIGILANTE
fazendo o seu papel

Blocos de Nota, Cartões de Visita, Carimbos Convites de casamento, Adesivos, Panfletos Recibos, Imãs de Geladeira, e Muito Mais!

Atendimento de Segunda a Sábado!

VENHA FAZER SEU ORÇAMENTO.

Tel.: (27) 3756-1687 / (27) 99943-6111

ATENDIMENTOS EM TODA REGIÃO: MANTENA, ECOPORANGA, ÁGUA BRANCA, ÁGUA DOCE DO NORTE, MANTENÓPOLIS, ETC.

Av. Jones dos Santos Neves, nº 214 - Barra de São Francisco - ES

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO CELEBRA 130 ANOS COM PROGRAMAÇÃO ESPECIAL E VALORIZAÇÃO DE ACERVOS

O Arquivo Público Mineiro (APM) celebra 130 anos de atuação contínua na preservação da memória documental de Minas Gerais nesta sexta-feira (11/7). Unidade que integra a Secretaria de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais (Secult-MG), o APM preparou uma programação especial que se estende por todo o ano, com oficinas, cursos, conferências e homenagens voltadas ao público especializado e à sociedade em geral.

Fundado em 1895 na cidade de Ouro Preto e posteriormente transferido para Belo Horizonte, o APM é um dos mais antigos arquivos públicos do Brasil. Consolidou-se como referência nacional nas áreas de conservação documental, gestão de arquivos e acesso à informação. Sua história se confunde com a própria trajetória político-administrativa de Minas Gerais, sendo hoje um repositório essencial para a pesquisa histórica e a garantia da transparência pública.

Programação dos 130 anos: memória em movimento

Até dezembro, o APM promove uma programação comemorativa que contempla diversas dimensões do universo arquivístico. As atividades incluem cursos de paleografia (junho e setembro), voltados à leitura de documentos manuscritos dos séculos XVIII e XIX; ciclo de conferências e mesas-redondas "Cultura Escrita e suas interfaces", com módulos dedicados à paleografia, conservação e história; mesa-redonda "Do APM para a História", com historiadores que desenvolveram pesquisas de referência no acervo da instituição.



Além disso, oficinas de gestão documental, preservação digital e conservação de acervos, destinadas a servidores públicos e pesquisadores; a realização do V Fórum Estadual de Gestão de Documentos, com debates sobre políticas públicas arquivísticas; e a solenidade comemorativa no dia 11/7, em parceria com a Associação dos Amigos do Arquivo Público Mineiro (ACAPM), com homenagens a servidores e colaboradores.

O fechamento das comemorações será com o lançamento do vídeo "130 anos de memória", com depoimentos de servidores e imagens históricas do acervo em dezembro.

"Nós estamos preparando uma programação durante todo o ano para congregar essa festividade importante em prol dessa instituição que guarda a memória, preserva a história e garante os direitos dos cidadãos de Minas Gerais", ressalta o diretor do APM, Bruno Balista.

Acervos históricos de relevância mundial A riqueza do Arquivo Público Mineiro reside em seu vasto e diversificado acervo, que cobre desde o período colonial até o século XXI. Entre os conjuntos mais relevantes, destaca-se a documentação do século XVIII, em especial aquela produzida pela Secretaria

de Governo da Capitania de Minas Gerais, essencial para compreender a formação das primeiras vilas e a organização político-administrativa da região.

Também compõem o acervo três conjuntos documentais reconhecidos internacionalmente pelo programa Memória do Mundo da Unesco: os documentos da Câmara Municipal de Ouro

Preto, fundamentais para a história local e nacional; a documentação sobre a construção de Belo Horizonte, repartida entre o APM, o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH) e o Museu Histórico Abílio Barreto; e o acervo do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), fonte essencial para os estudos sobre repressão política e direitos humanos no Brasil do século XX.

Além desses, merecem destaque os documentos avulsos da Capitania de Minas, com textos clássicos da historiografia mineira, e a Biblioteca do APM, que abriga uma expressiva coleção de obras raras, fundamentais para pesquisas em diversas áreas do conhecimento.

"Aqui estão guardados os documentos de caráter permanente do poder Executivo estadual de Minas Gerais e também os acervos privados de interesse público e social. A instituição está de portas abertas para receber os pesquisadores, os interessados e os amantes da história. É aqui que temos a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre o que já aconteceu em Minas Gerais, sobre o trabalho das gestões públicas e sobre a nossa identidade como povo", frisa o diretor do APM.

OCB-ES DESTACA PAPEL DO LEGISLATIVO NO APOIO AO COOPERATIVISMO

Com uma contribuição de 6% no PIB do Estado, o setor cooperativista capixaba foi representado pelo assessor de Relações Institucionais da Organização das Cooperativas Brasileiras no Espírito Santo (OCB-ES), Davi Duarte, na reunião do colegiado que trata sobre o tema na Assembleia Legislativa (Ales), nesta terça-feira (8). A instituição foi convidada para falar sobre as contribuições que a comissão tem dado para o segmento.

"Nós consideramos como uma força muito grande dessa comissão, no apoio, para que a gente possa avançar cada vez mais com o nosso modelo societário aqui no Estado. Procurando saber de fato quais são as principais necessidades do cooperativismo, levando em consideração cada ramo específico, e ali dentro dos ramos, os segmentos devidos", pontuou Davi Duarte.

"E isso tem acontecido, as pautas têm sido apresentadas, têm sido debatidas, e precisamos fazer com que a partir disso, sabendo as necessidades, as dificuldades, a gente consiga avançar nas tratativas das principais pautas, sejam

elas junto ao Executivo estadual, às vezes até no envolvimento do Executivo municipal também, e muitas vezes tendo que envolver o órgão do governo federal, para que a gente possa avançar aí nas tratativas também, nas contribuições com outras pautas", complementou o convidado.

O deputado Callegari (PL) falou que uma de suas principais metas, desde que assumiu a presidência do colegiado, é ouvir o que o setor tem a dizer. "Para quê? Para adequar as políticas públicas do Estado do Espírito Santo à realidade do setor cooperativo, que é responsável hoje por cerca de 6% do PIB do Espírito Santo, chegando a 10,9% de valor agregado, como bem colocou o senhor Davi, palestrante da OCB", afirmou o parlamentar.

"Estamos aqui falando da modernização legislativa, nós temos que adequar a legislação de cooperativismo do Espírito Santo à legislação federal. A questão do uso de produtos agropecuários produzidos pelas cooperativas nos entes públicos, como por exemplo, nas

escolas estaduais e municipais. A questão das cooperativas médicas, cuja questão da concorrência com empresas nem sempre tão escrupulosas do setor precisa ser avaliada e acaba muitas vezes sendo uma concorrência injusta", acrescentou Callegari.

"Enfim, a Comissão de Cooperativismo se coloca como câmara de ressonância dos anseios e das necessidades do setor cooperativo e a OCB é uma parceira, como é a representante máxima do segmento, nós precisamos estar sempre ouvindo o que ela tem a dizer e trabalhando em parceria", concluiu o presidente do colegiado.



MONITORAMENTO DA QUALIDADE DOS QUEIJOS ARTESANAIS AUXILIA PRODUTORES A MELHORAR RENDA E CONQUISTAR PRÊMIOS



O Instituto de Laticínios Cândido Tostes (ILCT), um projeto de pesquisa conduzido pela Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig), tem contribuído para o aprimoramento da qualidade dos queijos artesanais produzidos nas regiões mineiras de Alagoa, Mantiqueira, Serras de Ibitipoca e Campo das Vertentes.

Aprovada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), a proposta PPE 00037/21 "Monitoramento da qualidade de queijos artesanais de Minas Gerais e capacitação de técnicos e produtores visando agregação de valor e competitividade" vigora desde 2022 e atende a 91 queijarias.

"O trabalho busca aproximar pesquisadores e produtores em uma interface entre pesquisa e extensão", explica o pesquisador e professor da

Epamig ILCT, a l é m d e coordenador do projeto, Junio de Paula. Para a pesquisadora bolsista Alessandra Salimena a ação tem criado vínculos. "Estabelecemos uma relação de confiança com e s s e s produtores", ressalta.

O projeto acompanha as etapas do processo produtivo, que envolve coleta das amostras de leite, queijo, soro-fermento, água e salmoura; realização de análises físico-químicas, microbiológicas e instrumentais; questionário para o levantamento de demandas; proposição de melhorias e adequações; reavaliação após a implementação das medidas sugeridas; publicações e treinamento de produtores, técnicos e extensionistas.

"Os produtos já são bons e propomos aprimorá-los sem alterar as propriedades únicas dos queijos artesanais mineiros. Pelo projeto, o produtor obtém, gratuitamente, o laudo de cada item analisado, junto com detalhamentos e indicações do que pode ser melhorado, além de formas para aumentar a rentabilidade e reduzir os defeitos e as perda", afirma Junio.

Valorização

A pesquisadora bolsista Leticia Scaffuto relata que os participantes já estão percebendo as melhorias. "Temos recebido retornos de produtores sobre o aumento na procura e no preço de venda dos queijos", destaca.

O produtor Jayme Porfírio Mendes, de Alagoa, vencedor da medalha Super Ouro do Concurso Internacional da ExpoQueijo 2025, contou com os resultados das análises realizadas em sua queijaria e o apoio da equipe do projeto para conseguir a certificação Selo Arte para a sua produção. "A pesquisa tem sido muito importante para nos dar uma noção do que precisamos melhorar. Com a aplicação dos resultados, melhoramos o jeito de lavar a ordenha e o controle do cloro na água", informa.

Em 2024, Maria Elisa de Almeida, de Lima Duarte, conquistou a medalha Super Ouro no 3º Mundial do Queijo do Brasil, em São Paulo, com o requeijão em barra Lírio Branco, produzido a partir de estratégia proposta pela Epamig ILCT para reduzir as perdas na produção.

"A gente se sente parte desses prêmios, porque fizemos as análises e despertamos nesses produtores a consciência sobre cada aspecto do produto deles. É um trabalho coletivo que envolve ainda a extensão rural: Emater-MG e Senar, as universidades parceiras nas análises laboratoriais, os Serviços de Inspeção Municipal, as associações de produtores", afirma Junio de Paula.

TODOS OS 78 MUNICÍPIOS DO ESPIRITO SANTO CONTAM COM SALAS DE TELECONSULTA

O Governo do Estado, por meio da Secretaria da Saúde (Sesa) comemora o alcance de um marco histórico: o serviço de Teleconsultas já está presente em todos os 78 municípios capixabas.

O anúncio foi feito nessa terça-feira (08) pelo governador Renato Casagrande e pelo secretário de Estado da Saúde, Tyago Hoffmann, em vídeo nas redes sociais.

A oferta de teleconsultas em especialidades médicas representa um avanço significativo na regionalização da saúde e na modernização dos serviços públicos, garantindo mais acesso e agilidade no atendimento à população.

A conquista faz parte do pacote anunciado pelo governador do Estado em dezembro passado, de 1,25 milhão de consultas e 670 mil exames especializados para todo o Estado em 2025. No caso das teleconsultas, o montante contratado pela Sesa para todas as regiões prevê investimentos de R\$ 16,6 milhões para a oferta de 250 mil consultas em especialidades médicas.

O serviço começou em janeiro deste ano, inicialmente, na Região Sul e já contabilizou mais de 20 mil pacientes atendidos; até 18 especialidades médicas

são ofertadas conforme a demanda de cada município.

Com o uso da tecnologia, a teleconsulta permite que pacientes recebam atendimento médico especializado sem precisar se deslocar por longas distâncias. Muitas pessoas, que antes enfrentavam horas de viagem até outras cidades para uma simples consulta, agora são atendidas no próprio município, com mais conforto, segurança e dignidade.

De acordo com o secretário, a ampliação da teleconsulta é fruto de planejamento, investimento em infraestrutura digital e integração entre as redes de atenção à saúde:

"A presença da teleconsulta em todo o Espírito Santo é um passo concreto na construção de um sistema de saúde mais moderno, que coloca as pessoas no centro das decisões e utiliza a inovação como ferramenta para salvar vidas e melhorar o cuidado com os capixabas. É o Governo do Estado aproximando a saúde de quem mais precisa", concluiu Tyago Hoffmann. Atualização do cadastro no Integra Saúde

Para o cidadão ser informado adequadamente da marcação de sua consulta, é importante que mantenha atualizado o seu cadastro no sistema do SUS.

Para isso, basta acessar o Portal Integra Saúde no link <https://integra.saude.es.gov.br>

O usuário é direcionado ao Gov.br, onde é só colocar o login e a senha cadastrados (caso não tenha feito o cadastro no Gov.br é só realizar).

Em seguida, ele é direcionado ao Integra. Na coluna, à esquerda, é só clicar em "Meu Perfil" e colocar as informações que estão desatualizadas.

Informações à Imprensa:

Assessoria de Comunicação da Sesa



TECNOLOGIA PERMITE COLHER ABACAXI EM ÉPOCAS DE MELHOR PREÇO NO ESPÍRITO SANTO

ma pesquisa desenvolvida no Espírito Santo pelo Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper) traz uma solução promissora para um dos principais desafios da cultura do abacaxi: o controle da floração natural. A inovação permite que os produtores tenham mais domínio sobre o momento em que a planta floresce, o que significa a possibilidade de escolher quando colher os frutos. Isso é feito por meio da aplicação da aviglicina (AVG), uma substância que inibe a produção do etileno, hormônio responsável por induzir a floração.

A pesquisadora Sara Dousseau Arantes explica que a motivação para o estudo surgiu da necessidade de resolver um problema recorrente na produção capixaba de abacaxi: a floração natural desuniforme, que ocorre principalmente entre os meses de junho e agosto. Esse fenômeno resulta em colheitas irregulares, aumento de custos e dificuldades no manejo da lavoura. Além disso, como o abacaxi é uma fruta que não amadurece depois de colhida, a floração desordenada compromete a qualidade e o planejamento da produção.

Outro ponto crítico é que essa concentração leva à colheita entre novembro e janeiro, período de maior oferta e queda nos preços pagos ao produtor. “Com essa tecnologia, foi possível ajustar o manejo do abacaxizeiro para produzir frutos com qualidade nas épocas de melhor preço para os agricultores”, ressalta a pesquisadora.

O trabalho foi realizado entre 2019 e 2020, em parceria com pesquisadores da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), na Fazenda Experimental do Incaper em Sooretama, no norte do Estado, uma das principais regiões produtoras de abacaxi do Espírito Santo. Os experimentos utilizaram duas cultivares amplamente plantadas no



território capixaba: ‘Pérola’, tradicional entre os agricultores familiares e mais suscetível à fusariose, e ‘Vitória’, variedade desenvolvida pelo próprio Incaper, com resistência à doença. Aplicação correta garante eficácia sem comprometer qualidade

A aplicação da aviglicina, feita corretamente antes do inverno, tem se mostrado capaz de inibir até 80% da floração natural. “Com isso, o produtor pode realizar a indução artificial da floração no momento mais conveniente e programar a colheita em períodos mais vantajosos, como entre abril e junho, quando os preços da fruta costumam ser mais altos”, explica Sara Dousseau.

O estudo indicou que a dose de 100 mg/L de AVG é eficaz para controlar a floração sem comprometer o desenvolvimento das plantas nem a qualidade dos frutos. Doses maiores aumentaram o tempo de controle, mas também causaram fitotoxicidade, reduzindo o crescimento e a massa dos abacaxis.

Planejamento possibilita produção ao longo de todo o ano

Com planejamento e manejo adequado, é possível escalonar a produção ao longo de todo o ano, o que representa uma importante vantagem competitiva para os produtores capixabas. No entanto, a pesquisadora destaca que ainda há desafios. Um deles é o fato de que a aviglicina não possui registro específico para a cultura do abacaxi no Brasil. Por

isso, os agricultores precisam adquirir a substância na forma pura e preparar a solução para aplicação, o que exige conhecimento técnico e atenção aos protocolos de segurança e eficácia. “A atuação de profissionais qualificados, como engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas, é fundamental para garantir o sucesso da prática”, frisa. Tecnologia é acessível para a agricultura familiar

A pesquisadora também ressalta que a tecnologia é viável para pequenos produtores e agricultores familiares, desde que haja orientação técnica adequada. “A dose recomendada é economicamente acessível e tem efeito inibidor eficiente, mas a aplicação exige cuidado com a diluição, o cronograma e as condições climáticas. Nesse contexto, o suporte da assistência técnica é ainda mais importante para garantir bons resultados com baixo custo”, adverte.

O Incaper oferece apoio técnico aos agricultores interessados em adotar esse tipo de manejo. Os Escritórios Locais de Desenvolvimento Rural do Instituto contam com profissionais capacitados para orientar sobre o uso da aviglicina e o controle da floração natural do abacaxizeiro.

Artigo está disponível gratuitamente em revista científica

O estudo completo, que detalha a forma de aplicação e os efeitos da substância nas cultivares ‘Pérola’ e ‘Vitória’, está disponível gratuitamente na revista científica *Frontiers in Plant Science*, no link:

<https://doi.org/10.3389/fpls.2025.1578598>

A pesquisa foi financiada pela Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (Seag) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes).

Informações à Imprensa:

Coordenação de Comunicação e Marketing do Incaper

ÁGUIA BRANCA RECEBE AÇÃO ESPECIAL DE SAÚDE DO CIM NOROESTE!

Neste mês de julho, no ano em que celebramos os 28 anos do Consórcio CIM Noroeste, Águia Branca será palco de uma grande ação de saúde voltada para toda a comunidade!

✓ Sábado, 26 de julho | Das 8h às 12h

Praça Central de Águia Branca

Uma manhã inteira dedicada à prevenção, orientação e cuidados com a vida. Participe e aproveite os serviços gratuitos:

- Aferição de pressão arterial

- Teste de glicemia

- Dicas práticas sobre quando acionar o SAMU 192

- Simulações realistas de atendimentos de urgência e emergência

Você vai aprender, vivenciar situações

reais e estar mais preparado para agir em momentos críticos. Uma oportunidade imperdível para cuidar da sua saúde e da sua família!

Esta é uma iniciativa do presidente do CIM Noroeste, Augusto Astori – Gutim, que vem promovendo ações concretas em prol da saúde e do bem-estar da população dos municípios consorciados.

A realização é do Consórcio CIM Noroeste, com o apoio do SAMU 192 e da Secretaria Municipal de Saúde de Águia Branca.

Participe!

Cuidar da saúde também é estar preparado para agir. Porque a vida vem primeiro!

em Ação!
Águia Branca - ES

No ano em que o Consórcio CIM Noroeste comemora 28 anos. Estamos promovendo uma importante ação de saúde para toda a população aguiabranquense.

- Aferição de Pressão
- Teste de Glicose
- Conscientização: Quando chamar o SAMU
- Simulações realistas de socorro.

SÁBADO DIA 26
8H ÀS 12H

Venha participar, cuidar da saúde e aprender mais sobre como agir em situações de emergência!

Realização: CIM NOROESTE / ES
SAMU 192
apoio: Secretaria de Saúde

ARSP DIVULGA NOVA MARGEM MÉDIA DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS PARA O ESPÍRITO SANTO

A Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo (ARSP) anunciou nesta terça-feira (08) a aprovação da nova margem média de distribuição de gás canalizado para o próximo ciclo tarifário, fixada em R\$ 0,4725 por metro cúbico, com preços referenciados em abril. Este valor está entre os mais competitivos do Brasil e equilibra a sustentabilidade econômica do serviço.

A margem aprovada considera um plano robusto de investimentos da ES Gás para os próximos cinco anos, que inclui a expansão da rede de distribuição para cinco novos municípios do Espírito Santo. Essa ampliação visa democratizar o acesso ao gás canalizado, desenvolver o mercado local e fortalecer a segurança energética do estado.

A margem média de distribuição representa menos de 10% do valor total da tarifa do gás canalizado no Espírito Santo. Por se tratar de uma média, os impactos podem variar conforme o perfil dos diferentes segmentos de usuários. A ARSP reforça que a divulgação dos resultados finais da



revisão tarifária está prevista para o dia 29 deste mês, garantindo transparência e previsibilidade para consumidores e investidores.

Processo regulatório participativo e alinhado ao desenvolvimento estadual A definição da margem foi conduzida pela ARSP em estrita observância às normas regulatórias vigentes, ao contrato de concessão e aos programas estaduais de desenvolvimento. O processo contou com ampla participação social, envolvendo representantes dos usuários, poder concedente, concessionária ES Gás, municípios ainda não atendidos, transportadores, empresas e associações. A decisão

também se baseou no plano de negócios apresentado pela ES Gás.

Os investimentos propostos pela concessionária consideram três tipos de projetos, distribuídos nos programas apresentados a seguir:

- Interiorização do desenvolvimento do Estado: o programa visa descentralizar e diversificar a matriz energética no interior do estado, promovendo segurança

energética e descarbonização;

- Operação segura, confiável e de qualidade: tem como objetivo aumentar a segurança operacional e comunitária, modernizar a infraestrutura de gás canalizado, automatizar processos e ampliar o atendimento ao cliente.

- Democratização energética: tem como objetivo ampliar o acesso ao gás natural e biometano canalizados, melhorando a qualidade do ar, a conveniência e a segurança dos consumidores.

Informações à Imprensa:

Assessoria de Comunicação da ARSP

INSCRIÇÕES ABERTAS PELO ENARE PARA RESIDÊNCIAS MÉDICAS DO ICEPI



▶ INSCRIÇÕES ABERTAS
Enare
2025

Inscrições até 18 de julho

Quem deseja fazer uma Residência Médica pelo Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde (ICEPI), pode se inscrever no Exame Nacional de Residência (Enare), a partir dessa segunda-feira (07). As inscrições podem ser feitas de forma on-line no site <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/ensino-e-pesquisa/exame-nacional-de-residencia-enare>, até o dia 18 de julho.

São 36 vagas disponíveis em nove programas, distribuídas da seguinte forma:

Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade: 16 vagas
Residência Médica em Psiquiatria - Região Metropolitana: 6 vagas
Residência Médica em Psiquiatria - Região Sul: 3 vagas

vagas

Residência Médica em Neurocirurgia: 1 vaga

Residência Médica em Cirurgia Vasculár: 1 vaga

Residência Médica em Neurologia: 1 vaga

Desde a implantação, em 2020, o ICEPI já formou 429 residentes ao todo, sendo 137 residentes médicos e 292 das Residências Multiprofissionais.

Sobre o Enare

O Enare é um processo seletivo unificado realizado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh/MEC), que oferece vagas para programas de residência médica, multiprofissional e uniprofissional em todo o País. Por meio do sistema, os

Residência Médica em Acupuntura: 4 vagas
Residência Médica em Clínica Médica: 2 vagas
Residência Médica em Medicina Intensiva: 2

candidatos podem escolher onde desejam realizar a formação, o que amplia o acesso às oportunidades e permite que instituições de diferentes estados, como o ICEPI, recebam profissionais de várias regiões do Brasil.

A prova acontece no dia 19 de outubro em todas as capitais e nas principais cidades brasileiras, e o resultado é divulgado em 05 de dezembro. A nota obtida na prova equivale a 90% da nota final do candidato. Os outros 10% são determinados pela análise curricular, que pode incluir a formação acadêmica, publicações, participação em eventos acadêmicos, entre outros. Esse resultado sai no dia 21 de janeiro de 2026.

Depois, os candidatos têm três oportunidades para escolher a instituição onde desejam realizar a residência, com base na classificação e nas vagas disponíveis. O edital está disponível no site: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/ensino-e-pesquisa/exame-nacional-de-residencia-enare>.

Informações à Imprensa:

Assessoria de Comunicação da Sesa

PROPOSTA VISA COIBIR VIOLÊNCIA CONTRA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

O Espírito Santo poderá ter em breve um conjunto de medidas protetivas e procedimentos para os casos de violência contra os profissionais da educação, o chamado “SOS Educação”. Essa é a finalidade do Projeto de Lei (PL) 469/2025, protocolado na Assembleia Legislativa (Ales) pelo deputado Callegari (PL). A iniciativa teve requerimento para tramitação em regime de urgência aprovado na sessão desta terça-feira (8).



São considerados profissionais da educação os docentes, auxiliares, coordenadores, bedéis, bibliotecários, secretários e demais trabalhadores que atuem em instituições de ensino, públicas ou privadas, inclusive, nas atividades de apoio pedagógico e administrativo, desde que mantenham contato direto com os alunos.

Na justificativa da matéria, o parlamentar ressalta que esses profissionais estão frequentemente expostos a episódios de violência praticados por alunos ou seus responsáveis. “Muitas dessas agressões decorrem de frustrações com notas baixas, reações à autoridade exercida pelo docente na tentativa de manter a ordem em sala de aula ou, ainda, de atitudes impulsivas e rebeldes próprias da juventude”, afirma.

Para o deputado, é imprescindível a criação de mecanismos legais que garantam atendimento adequado e proteção efetiva aos profissionais da educação. “A carência de conscientização sobre a relevância da educação e sobre o papel desempenhado por seus principais protagonistas (professores e alunos) é fator decisivo para o surgimento da violência escolar, superando, inclusive, a alegada impunidade que alguns atribuem ao Estatuto da Criança e do Adolescente”, salienta.

Deveres

A proposta estabelece uma série de deveres dos alunos, como tratar com respeito e dignidade todos os membros da comunidade escolar; cuidar de toda a escola, evitando depredações e sujeira; respeitar a autoridade dos profissionais da educação na sala de aula; e seguir as regras da instituição de ensino.

Quando for comprovado ato de violência contra o profissional da educação que cause dano material, físico ou moral, ou ameaça à

integridade física ou ao patrimônio, o aluno estará sujeito às penalidades estabelecidas pela instituição de ensino e pela legislação pertinente.

Em caso de reincidência ou quando a violência resultar em lesão ou ameaça grave, a instituição deverá comunicar imediatamente os responsáveis legais do adolescente e encaminhá-lo à autoridade judiciária competente para que sejam adotadas as providências cabíveis e aplicadas as medidas socioeducativas previstas.

Providências

Sempre que ocorrer violência física ou ameaça contra os profissionais, a chefia imediata deverá adotar as seguintes providências: acionar a Polícia Militar (PMES); encaminhar o agredido para atendimento médico; assegurar a retirada dos pertences dele do local; comunicar o fato ocorrido aos responsáveis do agressor e, caso seja menor de 18 anos, acionar o Conselho Tutelar e informar o Ministério Público (MPES); comunicar o fato à Superintendência Regional de Ensino; e informar ao profissional os direitos dele.

Além disso, em até 36 horas após a agressão, a chefia deverá registrar, em ata, o relato do profissional agredido; dar ciência à equipe da Superintendência Regional de Ensino, nos casos da rede pública, para que seja feito o acompanhamento da vítima e, no caso da rede privada, assegurar que esse acompanhamento seja garantido pela própria instituição de ensino; e providenciar o imediato afastamento do agressor do convívio com a vítima no ambiente escolar.

O gestor escolar poderá, ainda, encaminhar proposta aos órgãos jurisdicionais competentes para que o agressor e, se necessário, seus pais ou responsável legal, sejam incluídos em programa oficial ou comunitário de

assistência e orientação, conforme previsto na Lei Federal 8.069/1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (Ecriad).

Responsabilização

A matéria determina a responsabilização do autor e de seus pais ou responsáveis. Aos menores de 18 anos devem ser aplicadas as medidas previstas no texto e, de forma subsidiária, o Ecriad. Já os maiores de 18, pais ou

responsáveis respondem segundo o Decreto-Lei 2.848/1940 (Código Penal). Esses ainda poderão responder solidariamente aos atos do agressor menor de idade.

O autor (ou responsável) do ato de violência contra o profissional da educação deverá restituir bens indevidamente subtraídos, bem como arcar com a reparação de perdas e danos materiais decorrentes dos atos violentos praticados, na forma da legislação civil e penal.

Já os gestores das escolas públicas poderão ser responsabilizados de forma administrativa, civil e penal em casos de omissão, e também nos termos da Lei Federal 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa).

Mediação

Os estabelecimentos de ensino deverão instituir mecanismos internos para a mediação e resolução de conflitos entre professores e alunos, bem como manter equipe de atendimento multidisciplinar composta por profissionais das áreas psicossocial e da saúde, com a finalidade de prestar assistência adequada a ambos.

Por fim, o projeto estabelece que a autoridade judiciária responsável poderá aplicar advertência ou multa ao estabelecimento de ensino que não tiver atuado de forma adequada na mediação de conflitos entre professores e alunos, considerando a gravidade do caso.

“A construção de um ambiente escolar saudável e voltado para a formação cidadã requer o envolvimento consciente e solidário de professores, alunos, famílias e da comunidade em geral”, conclui Callegari.

Se o PL for aprovado e virar lei, a nova legislação entra em vigor na data de sua publicação em diário oficial.

APROVADA NOVA FAIXA DE RENDA PARA GRATUIDADE DE PCD NO TRANSCOL

Por 22 votos favoráveis e nenhum contrário, os deputados aprovaram o Projeto de Lei Complementar (PLC) 13/2025, que amplia o benefício de gratuidade no transporte coletivo da Grande Vitória para os usuários com deficiência. A matéria, do Executivo, foi acatada em sessão extraordinária realizada na tarde desta terça-feira (8) na Assembleia Legislativa (Ales).

A proposta foi lida e teve o requerimento de urgência acolhido na sessão ordinária e, na sequência, foi realizada uma extraordinária para análise da iniciativa. Nas comissões reunidas de Justiça, Infraestrutura e Finanças, o deputado Alexandre Xambinho (Podemos) emitiu parecer pela constitucionalidade e aprovação, que foi acompanhado pelos membros dos colegiados e depois pelo Plenário da Casa.

Durante a fase de discussão vários parlamentares manifestaram apoio à proposição, mas solicitaram a ampliação da gratuidade para outras parcelas da sociedade. Iriny Lopes (PT) disse que o transporte coletivo no Estado deveria ser mais barato, pediu a adoção de outros critérios para a concessão da gratuidade - além da faixa de renda - e ampliação do benefício para pessoas em tratamento contra HIV, estudantes e pessoas desempregadas.

No mesmo sentido foi a fala de Camila Valadão (Psol). A deputada reforçou que o valor atual da passagem limita o acesso à saúde e a outros direitos sociais para os setores mais vulneráveis da população. Ela citou pessoas em tratamento de HIV ou doenças crônicas; acompanhantes de pessoas com deficiência, com síndromes, transtornos e doenças raras; grávidas e puérperas de baixa renda; e estudantes de cursinho populares.

“Estou elencando algumas partes da população que precisam de gratuidade para acessar os seus direitos. O governo precisa fazer um debate sério do



transporte público para acessar os direitos sociais”, salientou.

Líder do governo na Casa, Vandinho Leite (PSDB) contou que o PLC, além de aumentar a faixa de renda com o objetivo de atender mais pessoas, também faz outras modificações importantes, como a retirada da exigência de exame de deficiência auditiva na rede pública, gratuidade para acompanhantes de usuários com cadeiras de rodas e utilização do CadÚnico como comprovante de renda.

Por fim, Coronel Weliton (PRD) ainda comentou que protocolou projeto pedindo ao governo para admitir o pagamento via pix e cartão de débito ou crédito no transporte coletivo rodoviário e aquaviário. “É importante para as pessoas que não têm cadastro na Ceturb poder fazer o pagamento”, frisou.

Confira como fica a mudança na faixa de renda:

LEI ATUAL

PLC 13

Até um salário mínimo para quem reside só.

Até dois salários mínimos se residir sozinho.

Até três salários mínimos para famílias compostas por até quatro membros.

Até quatro salários mínimos para famílias compostas por até quatro membros.

Até seis salários mínimos para famílias maiores.

Sem mudança.

Com a aprovação, o PLC segue agora para sanção ou veto do governador

Renato Casagrande (PSB).
Urgências

Outras quatro matérias tiveram requerimento de urgência acatado na sessão ordinária. O Projeto de Lei (PL) 677/2024, do Delegado Danilo Bahiense (PL), que dispõe sobre a doação de armas de fogo institucionais aos policiais civis quando de suas aposentadorias, chegou a ser incluído na sessão extra, mas ficou em prazo regimental nas comissões reunidas.

As demais proposições foram o PL 21/2024, de Alcântaro Filho (Republicanos), que institui a política capixaba de prevenção das mortes violentas de crianças e adolescentes no Estado; o PL 469/2025, de Callegari (PL), que estabelece medidas protetivas e procedimentos para os casos de violência contra os profissionais da educação, denominado “SOS Educação”; e o PL 143/2025, do Coronel Weliton, que altera a redação do item 513 do Anexo Único da Lei 10.976/2019, referente à declaração de utilidade pública de entidade do município de São José do Calçado.

Agora, essas três propostas podem ser incluídas na pauta da Ordem do Dia da próxima sessão, a ser realizada na manhã desta quarta-feira (9).

Confira como ficou a Ordem do Dia da sessão extraordinária:

1. Projeto de Lei Complementar (PLC) 13/2025, do Executivo, que altera a Lei Complementar (LC) 213/2001, que regulamenta a Emenda Constitucional 029/2000, que altera a redação do caput do artigo 229 da Constituição Estadual do Espírito Santo. Aprovado com 22 votos favoráveis e nenhum contrário;

2. Projeto de Lei (PL) 677/2024, do Delegado Danilo Bahiense (PL), que dispõe sobre a doação de armas de fogo institucionais aos policiais civis quando de suas aposentadorias. Prazo nas comissões reunidas.

INFLUENCIADORES DIGITAIS CHEGAM AO ESPÍRITO SANTO PARA PRESS TRIP PROMOVIDA PELA SETUR

Com a finalidade de impulsionar o turismo capixaba e ampliar a visibilidade dos destinos do Espírito Santo, a Secretaria do Turismo (Setur) deu início, nesta quarta-feira (09), a mais uma ação promocional: o Press Trip. A iniciativa reúne 11 influenciadores digitais convidados para conhecerem de perto alguns atrativos turísticos do Estado e compartilharem suas experiências com seus seguidores nas redes sociais. A maior parte dos influenciadores vem do Rio de Janeiro, além de contar com representantes dos Estados de São Paulo e da Bahia.

Os participantes foram recebidos no aeroporto com kits de boas-vindas e seguirão um roteiro que contempla alguns dos principais cartões-postais capixabas,

além de experiências gastronômicas, culturais e de contato com a natureza. Ao longo da programação, eles visitarão a Região das Montanhas Capixabas, com paradas em Pedra Azul, Domingos Martins, Venda Nova do Imigrante e Ibraçu, além de participar do tradicional Festival de Inverno e da Serenata Italiana.

Press Trip

A ação faz parte do Edital de Chamamento Público nº 001/2025 da Setur, que prevê a realização de viagens de familiarização com formadores de opinião, como jornalistas, blogueiros e influenciadores digitais, reforçando o compromisso do Governo do

Estado em promover o turismo e divulgar as potencialidades capixabas para públicos diversos.

Informações à Imprensa:

Assessoria de Comunicação da Setur



DETRAN|ES PASSA A ACEITAR ASSINATURAS DIGITAIS PARA TRANSFERÊNCIA DE VEÍCULOS



processos de transferência de veículos. Essa é mais uma facilidade para os proprietários. A principal mudança é que os novos processos vão dispensar a necessidade de fazer o reconhecimento de firma em cartório.

São duas as modalidades de assinaturas aceitas:

- Via aplicativo Carteira Digital de Trânsito (CDT) - basta a assinatura digital da Autorização para Transferência de Propriedade de Veículos (ATPV-e) pelo

vendedor e comprador, que também é validada por meio da biometria facial.

Para consolidar a venda é importante que, após as assinaturas, o novo proprietário realize a vistoria em uma Empresa de Vistoria Veicular (ECV) e, posteriormente, agende atendimento em uma das unidades do Detran|ES para realizar a transferência do veículo ou se utilize dos serviços de um despachante.

- Via sistema homologado junto ao Conselho Regional de Despachantes Documentalistas (CRDD) - as assinaturas passarão por uma verificação que inclui a leitura de QR Code, validação biométrica e georreferenciamento, adicionando camadas de segurança à transação.

Posteriormente, o veículo deverá passar por uma vistoria em uma ECV, para que assim o despachante possa finalizar o processo de transferência do veículo.

“Nosso objetivo é

garantir clareza e segurança em todas as etapas da transferência digital de veículos, oferecendo soluções modernas e céleres para o cidadão capixaba. Por isso é importante destacar que ambas as possibilidades de assinaturas garantem segurança jurídica e confiabilidade no processo de transferência eletrônica de veículos”, destaca o diretor geral do Detran|ES, Givaldo Vieira.

O Detran|ES ressalta que essa facilidade está disponível para proprietários e futuros proprietários de veículos com documentos emitidos a partir de 4 de janeiro de 2021, data em que o antigo Certificado de Registro de Veículo (CRV) foi substituído pela versão digital, a ATPV-e.

O CDT

O App CDT é do Ministério dos Transportes/Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran) e desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e encontra-se disponível gratuitamente no App Store e Google Play.

Informações à Imprensa:

Assessoria de Comunicação do Detran|ES



Prefeitura Municipal
MANTENÓPOLIS

Publicações oficiais da Prefeitura Municipal
de Mantênópolis em 11/07/2025

Prefeitura Municipal de Mantênópolis - ES
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico - Registro de Preço nº 000003/2025 (FMS)
ID 2025.043E0700001.01.0010

A Prefeitura Municipal de Mantênópolis/ES, através de sua pregoeira e Equipe de Apoio torna-se público que irá realizar PREGÃO ELETRÔNICO do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos moldes da Lei nº. 14.133/2021.

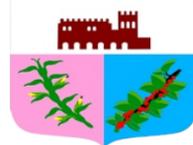
Objeto: - Constitui objeto do presente edital a aquisição de ultrassom diagnóstico sem aplicação transesofágica em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em edital e seus anexos.

Abertura das propostas: às 09:00 horas do dia 24 de julho de 2025.

Início da disputa: às 09:00 horas do dia 24 de julho de 2025.

Edital Completo nos sites: www.mantenopolis.es.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br. Maiores informações poderão ser obtidas através do e-mail licita@mantenopolis.es.gov.br. Mantênópolis/ES, 10 de julho de 2025.

Gabriela de Almeida Ribeiro Luz
Pregoeira da P.M.M.



PREFEITURA DE
CONCEIÇÃO DO CASTELO

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL
DE CONCEIÇÃO DO CASTELO EM 11/07/2025

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 0020/2025
AMPLA CONCORRÊNCIA
CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO CIDADES/TCE-ES:
2025.021E0700001.09.0018

O Município de Conceição do Castelo, ES, TORNA PÚBLICO a quem possa interessar, a publicação do Aviso de Contratação Direta Nº 0020/2025, que objetiva o SERVIÇO DE REFORÇO EMERGENCIAL DAS ESTRUTURAS DA COBERTURA DO CENTRO DE EVENTOS JOAQUIM PINTO FILHO (SANFONÃO)
DATA FINAL DA ENTREGA DAS PROPOSTAS: 17/07/2025, às 08h15min.
DATA E HORÁRIO DA FASE DE LANCES: 17/07/2025, de 08h16min às 14h16min.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL, mediante o regime de execução EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.
Informações por meio do E-mail: pmcc.licita@gmail.com ou Tel. (28)3547-1427,
Edital na íntegra:
<https://www.conceicaodocastelo.es.gov.br/pagina/ler/2282/compras-e-licitacao>, ou por meio do site: portaldecompraspublicas.com.br
Conceição do Castelo, ES, 10 de julho de 2025.

VALBER DE VARGAS FERREIRA
Prefeito Municipal

JORNAL
VIGILANTE



DIRETOR DE MARKETING
Sérgio Machado

DIRETOR DE OPERAÇÕES
Sérgio Machado

DIRETOR DE REDAÇÃO
Ashley Vitória Gomes

DIRETOR GERAL
Sérgio Machado

DIAGRAMAÇÃO
João Paulo Vieira

Av. Jones dos Santos Neves, 214, Loja 02
Centro - Barra de São Francisco - ES - MATRIZ
Rua C, 253 - Nicolini - Mantena - MG - FILIAL

Tel.: (27) 99991-9614

Facebook: Jornal O Vigilante Instagram: @jornalvigilante

CNPJ: 06.075.462/0001-54 / e-mail: jornalovigilante@bol.com.br

CNPJ FILIAL MANTENA - MG : 06.075.462/0002-35